

ATA DE REUNIÃO

ASSUNTO: Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação TV MINAS

DATA DA REUNIÃO: 06/06/2017

LOCAL: Biblioteca Pública Luiz de Bessa – Praça da Liberdade, 21 – 3º andar; Funcionários – Belo Horizonte

Participantes	Conselheiros Ausentes	Duração
Jordana Almeida; Carla Kreefft; Ana Paula Torres; Jorge Carlos; Anderson Rocha; Aloísio Lopes; Simone Pio.	Angelo Oswaldo; Marcos Gimenez; Neusa Macedo; Ércio do Carmo Sena Cardoso, Adyr Júnior e Dalton Rabelo.	10h30min - 12h45min

Convidados: João Batista Miguel; Flávio Henrique Alves; Aldanny Rezende e Isabella Conrado.

PAUTA REUNIÃO

1. Política de editais para a REDE MINAS;
2. Apresentação do projeto "Acesso Público" pela Fundação TV Minas;
3. Discussão sobre comissão editorial da Fundação TV Minas;
4. Conselho Curador da EMC.

RELATO DA REUNIÃO

1. A Secretária Executiva do Conselho e Presidente da Fundação TV MINAS, Jordana Almeida, deu início à reunião, informando que a pauta seria breve e que havia convidado o Gerente de Marketing da Fundação TV MINAS, Sr. Aldanny Rezende, para apresentar os pontos 1 e 2 da reunião (Política de editais e projeto "Acesso Público"). Em seguida, procedeu a um informativo sobre os encaminhamentos derivados da última reunião do conselho: foi iniciado o processo de indicação do novo membro suplente representante do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado de Minas Gerais no Conselho Curador, com a publicação da convocação de reunião com entidades interessadas. Também foram realizadas reuniões paralelas de membros do Conselho Curador, aos quais solicitou relato breve.
2. O Conselheiro Aloísio Lopes informou que a referida reunião informal dos Conselheiros ocorreu a 40 (quarenta) dias, com o objetivo de pensar e propor alternativas para o financiamento da TV MINAS. Participaram da referida reunião o próprio Conselheiro, a Conselheira Ana Paula Torres, a Conselheira Simone Pio, o Gerente de Captação da Fundação TV MINAS, Sr. Marcos Cunha e seu estagiário. Na reunião, foi verificada a necessidade dos Conselheiros terem acesso a algumas informações da Fundação, tais como a receita e a despesa da entidade no período compreendido entre 2010 e 2016, o número de funcionários da emissora ano a ano, quais as funções dos estagiários hoje na instituição, entre outras, tendo sido solicitada ao Gerente de Captação a sua disponibilização. Essas informações seriam necessárias para construir uma "linha de

base" para "pensar o que queremos". A solicitação de informações deveria ter obedecido ao prazo estabelecido pelos Conselheiros, de 15 (quinze) dias, conforme informado por e-mail à Presidente da Fundação TV MINAS, contudo, o Conselheiro relatou ter recebido e-mail da assessora da Presidente indicando que as informações estariam disponíveis no Portal da Transparência. O Conselheiro Aloísio esclareceu que a solicitação de informações havia ocorrido na qualidade de membro do Conselho Curador, e então as informações solicitadas foram disponibilizadas na última terça-feira, 30/05/2017, tendo sido recebidas por ele apenas na data de ontem (05/06/2017). O Conselheiro informou que irá disponibilizar cópia das informações apresentadas pela Fundação aos demais Conselheiros e propôs a realização de uma nova reunião intermediária para a sua análise em conjunto.

3. O Conselheiro Anderson Rocha pediu a palavra e questionou sobre a participação da Fundação TV MINAS na feira Minas Gerais Audiovisual Expo - MAX, bem como questionou qual a relação da entidade com os editais de apoio ao setor lançados pela Secretaria de Estado de Cultura - SEC e pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG.
4. O Conselheiro Jorge Carlos questionou se já haveria uma proposta de data para a realização da reunião intermediária dos Conselheiros sugerida pelo Conselheiro Aloísio Lopes, ao que foi respondido que não. Questionou, então, de que forma seria possível colaborar com a Fundação TV MINAS com recursos advindos de entidades privadas, "de que forma elas poderiam participar". Ressaltou-se a possibilidade de destinação de emendas parlamentares e a necessidade de se buscar novas fontes de recursos.
5. A Conselheira Ana Paula Torres informou que participou da reunião intermediária dos Conselheiros e que sentiu incômodo com a abordagem da assessoria da Presidência quanto a solicitação de informação. Segundo ela, o objetivo da solicitação havia sido bastante claro, tendo considerado "deselegante e desrespeitosa a forma da resposta", que sugeriu a obtenção das referidas informações por meio de consulta ao Portal da Transparência. Pediu que seja estabelecida uma via de comunicação cordial e respeitosa de parte a parte, tendo sugerido que toda comunicação referente ao Conselho Curador seja realizada por alguém especificamente designado para tanto. Afirmou que sentiu que o pedido de informações teria sido recebido "como pouco transparente", não tendo sido esse o seu propósito. Sugeriu que as solicitações dos Conselheiros sejam compartilhadas com todos, em tempo hábil, "sem ruído". O objetivo do Conselho era apresentar uma proposta para auxiliar a Fundação a lidar com suas limitações, contudo essa abordagem acabou por desmotivá-la. Concluiu afirmando que o "ruído" teria sido desnecessário e sugeriu que todos trabalhassem de forma transparente e respeitosa.
6. A Secretária Executiva do Conselho Curador informou que a mudança de sede da Fundação TV MINAS para o Centro de Cultura Itamar Franco - CCIF já está em andamento: a "Rádio Inconfidência" já deu início aos trabalhos no novo espaço, e o complexo já estaria apto a receber a operação da REDE MINAS. No próximo dia 12/06/2017, ocorrerá a primeira transmissão da Rádio na nova sede, com a participação do Governador Fernando Pimentel. A data estabelecida no Pacto pelo Cidadão para a efetiva mudança de sede das instituições envolvidas está prevista para agosto, e o aluguel da sede atual será pago até junho. Informou que foi feita uma "força tarefa"

interna para viabilizar a mudança gradativa, de forma a ocupar o CCIF de forma paulatina. Ressaltou que a mudança de sede ainda enfrenta alguns impasses, tal como o cenário da operação de jornalismo, que ainda precisa ser pintado e que pode afetar qualidade do trabalho. Algumas providências necessárias estão atrasadas pela morosidade de alguns processos, como o de compras. Outra pendência seria a finalização de alguns processos de aquisição de bens e contratação de serviços em andamento no Centro de Serviços Compartilhados – CSC, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. Também está pendente, por parte da CODEMIG, a reforma da base da antena de 4,5 metros, que precisa ser construída para que se possa proceder à instalação da antena. Além do setor de jornalismo, os demais programas já foram incluídos no cronograma de mudança de sede. O CCIF já recebeu visitas do líder de Governo e de comissões da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG, que verificaram a estrutura física e o investimento do governo nos equipamentos tecnológicos das instituições.

7. O Conselheiro Aloísio Lopes questionou se a mudança de sede causará interrupção da programação, ao que foi respondido que não, uma vez que as coberturas externas continuarão ocorrendo, bem como a produção interna da emissora.
8. A Secretária Executiva do Conselho Curador informou que alguns programas estão em reprise, mas que já há material pronto para incluir na programação, bem como planejamento para a inclusão de novos conteúdos. Ressaltou que a emissora não pode tirar a transmissão do ar, sob pena de multa diária.

Respondendo ao questionamento do Conselheiro Jorge Carlos, a Secretária Executiva informou que existem várias possibilidades de captação de recursos de instituições privadas, uma vez que existe a possibilidade de usufruir de apoio cultural no âmbito da programação, desde que se tratem de informações institucionais. Exemplificou com o caso da TV Cultura, que auto-regulamentou a questão do recebimento de recursos privados, sendo que a situação está sob julgamento na justiça, por haver publicidade explícita. Explicou que a Fundação TV MINAS tem tabela de preços e faz visitas a agências de conteúdo para apresentar as possibilidades de investimento. Destacou que a Fundação não pode receber recursos por meio de Lei de Incentivo Federal (Lei Rouanet), como ocorria com a OSCIP Associação de Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais - ADTV. A Empresa Mineira de Comunicação - EMC poderia vir a receber recursos por esse mecanismo, porém não há consenso a esse respeito ainda.

9. Em seguida, passou-se aos pontos 1 e 2 da pauta (Política de editais para a REDE MINAS e Apresentação do projeto "Acesso Público" pela Fundação TV Minas), com a apresentação do Gerente de Marketing da Fundação TV MINAS (em anexo).
10. O Conselheiro Anderson Rocha questionou se a TV MINAS poderia transmitir conteúdo externo.
11. O Gerente de Marketing da Fundação TV MINAS esclareceu que existe um plano de captação contemplando produção audiovisual institucional, mas apenas para o âmbito do Governo.

12. O Conselheiro Anderson Rocha questionou ainda como operava a transmissão do Programa "30 Minutos", apresentado pelo Deputado Lincoln Portela, ao que foi respondido que o custo de produção do referido programa era baixo. O Conselheiro questionou ainda se não haveria como tabelar esse custo.
13. O Gerente de Marketing da Fundação TV MINAS informou que a REDE MINAS não poderia vender espaços na programação, mas poderia trabalhar com coproduções, como ocorre, por exemplo, com os programas "Extra Classe" e "Minas Rural", que dão aporte total mensal de R\$25.000,00 pela veiculação semanal dos dois programas.
14. A Secretária Executiva do Conselho Curador informou que não tem servidores disponíveis para ampliar a produção própria, ressaltando que até junho de 2017 a Fundação TV MINAS terá perdido 30 (trinta) servidores; que vem tentando reverter essa situação, mas a própria extinção da Fundação TV MINAS também acabará com as carreiras da Fundação, logo, não podem haver mais concursos; e que a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF impede novas contratações até por terceirização. Sobre essa última possibilidade, informou que realizaram reunião com o Procurador-Geral do Estado e o promotor responsável pelo Termo de Ajustamento de Conduta - TAC sobre a Fundação, buscando ajuda para resolver os déficits em todos os setores da TV. Afirmou que "trabalhar com menos não é difícil, só não tem como inventar a roda".
15. A Conselheira Ana Paula Torres questionou como a dificuldade com número de servidores teria sido contornada.
16. A Secretária Executiva do Conselho Curador informou que a questão não foi resolvida porque há um fator externo, as limitações da LRF, que permaneceram diante do último Relatório Quadrimestral da Secretaria de Estado de Fazenda - SEF, que não refletiu a expectativa de melhora nos índices do Estado. Existia a expectativa de que o Estado ficasse no limite permitido com gastos de pessoal, mas ele foi ultrapassado. Se houvesse ficado dentro desse limite, a Fundação poderia recompor os cargos em comissão disponíveis; como não atingiu, permanece a proibição legal para aumento com os gastos com pessoal. Informou que a Fundação perdeu mais servidores desde a última reunião do Conselho, especialmente aqueles com vínculo de contrato temporário. Outra possibilidade para resolver o problema seria a contratação de serviços, que poderia ser licitada para contratação de produtora de conteúdo. Informou que essa não seria uma decisão de gestão, mas seria preciso estabelecer uma mesa de negociação composta por sindicatos, pelo Conselho Curador, pelo Ministério Público, pelo Governo, entre outros.
17. A Conselheira Ana Paula Torres questionou como está planejada a transição para a EMC.
18. A Secretária Executiva do Conselho Curador informou que a EMC também não foge das limitações da LRF, bem como que a "Rádio Inconfidência" traz consigo limitações para promover concursos. A saída seria esperar a suspensão das limitações da LRF para remanejar cargos em comissão, ou fazer um acordo com o Ministério Público.
19. O Conselheiro Jorge Carlos questionou se seria possível fazer campanhas de instituições privadas que sejam de interesse público, ao que foi respondido que é possível, com o exemplo da campanha "Minas pela paz".

20. O Conselheiro Aloísio Lopes questionou se haveria cobertura regional na distribuição desses apoios culturais, ao que foi respondido sim, esse seria um dos critérios utilizados. Ressaltou-se que o edital "Acesso Público" está disponível no site, bem como as atas de reuniões da equipe responsável pela análise dos pleitos.
21. Os Conselheiros acordaram que as perguntas deveriam ser feitas ao final da apresentação, que prosseguiu.
22. A Conselheira Ana Paula Torres questionou se o formulário referido para participação no "Acesso Público" seria para solicitar a realização de uma reunião, ao que foi respondido que não. O referido formulário serve apenas para iniciar o processo. Foi destacado que os interessados podem solicitar participação como observadores da reunião.
23. Os demais Conselheiros presentes reiteraram o pedido de realização de questionamentos ao final da apresentação do Gerente de Marketing.
24. A Secretária Executiva do Conselho Curador afirmou que, caso houvesse a cobrança dos conteúdos, a iniciativa "Acesso Público" obteria uma geração de recursos em torno de R\$3.000.000,00 em apoio cultural no último ano.
25. A Conselheira Carla Kreeft reiterou a sugestão de que todos façam as perguntas ao final da apresentação, pela possibilidade de haver perguntas repetidas.
26. Constatado o final da apresentação do Gerente de Marketing, a Conselheira Carla Kreeft questionou:
- a) O "Acesso Público" seria um "edital de chamada publica" ou um "procedimento interno ao qual estão dando o nome de edital"?
 - b) Afirmou que ficou confusa a respeito da existência ou não de repasse de recursos. Caso não haja, qual a fonte dos recursos aos quais a Secretária Executiva do Conselho Curador se referiu?
 - c) Quem compõe a "comissão julgadora" dessas solicitações de apoio cultural?
 - d) Como é realizado o julgamento? O julgamento das propostas é formal ou feito com base em critérios objetivos?
 - e) Essa "comissão" teria acesso à identificação dos autores do pedido, uma vez que em processos dessa natureza a identidade dos proponentes não deveria ser conhecida?
 - f) Há sigilo e impessoalidade no julgamento?
 - g) Há vedação de contemplação dos mesmos grupos dentro de alguma periodicidade?
27. O Conselheiro Aloísio Lopes questionou se uma instituição que já tiver um filme produzido pode submeter proposta para transmissão pelo "Acesso Público". Foi respondido que não, pois a iniciativa seleciona produção apenas para a interprogramação. O Conselheiro sugeriu que seja realizada divulgação da iniciativa para a sociedade, "para interiorizar o programa", ressaltando que "no interior tem dificuldade de comunicação". Ainda, o Conselheiro perguntou ao presidente da EMC sobre a viabilidade de adotar o programa "Acesso Público" na Rádio Inconfidência.

28. O Presidente da EMC, Flavio Alves, informou que a "Rádio Inconfidência" poderia adotar a iniciativa.
29. O Conselheiro Anderson Rocha questionou se a iniciativa inclui eventos culturais que tenham bilheteria.
30. O Gerente de Marketing da Fundação TV MINAS esclareceu que:
- a) A iniciativa "Acesso Público" não é um edital de chamada pública, mas uma "política interna que pretende oferecer acesso democrático" à interprogramação. Segundo ele, trata-se de um processo contínuo de seleção de inserções para a interprogramação.
 - b) Quanto aos valores informados pela Secretária Executiva do Conselho Curador (item 24 da ata), o Gerente explicou que se referem a "cessão de mídia": se a Fundação TV MINAS tivesse cobrado pela transmissão desses conteúdos, haveria a geração desses valores. Ele informou que existe uma tabela de valores que baseou esse cálculo, havendo ainda a possibilidade de entrada de recursos financeiros.
 - c) Destacou que a "comissão julgadora" é composta por servidores titulares e suplentes, com representantes da Gerência de Marketing; da Diretoria de Programação e Produção – DPP; da Diretoria de Jornalismo – DJ; do "Núcleo de Artes e Chamadas"; e representantes dos "trabalhadores da Fundação", identificando todos eles, conforme consta no site.
 - d) Informou que "toda reunião é aberta para até dois observadores, com prazo para inscrição. Caso haja mais interessados, pode ocorrer um sorteio público, às 17 horas às quintas feiras". Ressaltou, porém, que "nunca houve mais que dois observadores".
 - e) Esclareceu que "não há participantes da sociedade civil, só como observador".
31. A Secretária Executiva do Conselho Curador destacou que, como essa iniciativa visa inserir conteúdo na programação da TV, é preciso estabelecer critérios.
32. A Conselheira Carla Kreeft sugeriu que a discussão das propostas submetidas ao "Acesso Público" seja feita "junto com a comissão editorial".
33. O Gerente de Marketing da Fundação TV MINAS respondeu ainda que:
- a) Os critérios para submissão de propostas via "Acesso Público" estão no edital.
 - b) Relatou que na reunião mensal do "Acesso Público", conforme expresso no próprio Edital, há a determinação por parte da DPP do tempo destinado ao mesmo para o mês subsequente.
 - c) Informou que as inserções selecionadas via "Acesso Público" nunca ocuparam mais do que o limite temporal estabelecido, dessa forma, "nunca foi necessário escolher entre propostas". Entretanto, já houve casos de vedações, em razões de outros critérios, como o tema, como, por exemplo, o conteúdo de crítica produzido pelos servidores da Fundação TV MINAS à criação da EMC. Todo o processo é documentado, arquivado e disponibilizado na internet no formato de parecer. Afirmou que "quando houver ocupação da totalidade do espaço, aí sim vão valorar os projetos".

d) Não haveria sigilo nem impessoalidade na análise das propostas, que vem identificadas com o nome de seus autores (por CPF ou CNPJ).

e) Também não há vedação de repetições de autores de propostas, apenas "se o proponente não cumpre o combinado. Se ele não cumprir, ele fica fora das próximas rodadas (por 6 meses ou 1 ano)".

f) Já a veiculação de filmes entra na programação por outra via, uma vez que o "Acesso Público" visa apenas a interprogramação ("aquilo que se chama intervalo comercial nas emissoras privadas"). Adicionou ainda que pode haver troca de conteúdo, conforme expresso no plano 4 do referido projeto.

g) Quanto à divulgação da iniciativa para sociedade, o Gerente afirmou que a mesma é feita por redes sociais, com afiliadas, veicula na interprogramação, no jornal O Tempo, menciona em palestras em todos os lugares, e a marca é assinatura obrigatória de todos os contemplados pela iniciativa. Segundo ele, foi feita uma "grande campanha inicial com movimentos sociais, que geraram mais de 30 consultas", entretanto, ainda precisa de "recursos e mobilização de rede". Quanto à abertura para eventos com bilheteria, o Gerente afirmou que não haveria problema: "a gratuidade do programa é critério, mas não impede a sua aceitação. Não há vedação, mas o preço baixo ou gratuito é um dos critérios".

34. O Conselheiro Anderson Rocha questionou se a divulgação de um festival de gastronomia entraria no "Acesso Público".

35. O representante do Secretário de Estado de Cultura, o Secretário Adjunto de Estado de Cultura, Sr. João Batista Miguel, informou que a temática da gastronomia está "passando pela SEC e elegendo cadeira para Conselho de Políticas Culturais".

36. O Presidente da EMC afirmou que a inserção de mídia é um assunto muito interessante na "Rádio", pois esta sofreu uma auditoria rigorosa no Tribunal de Contas do Estado – TCE com relação ao conteúdo das inserções. São aceitas apenas duas exceções para as mesmas: os pedidos da SEC que são assinados pelo Secretário de Estado de Cultura, e do Serviço Voluntário de Assistência Social - SERVAS. Segundo ele, na "Rádio" em geral são muito rigorosos com as inserções de mídia, mas confessou que "correram dois riscos": um deles no caso de mídia da Fundação HEMOMINAS, na véspera do carnaval, que acreditou ser "plenamente defensável".

Ressaltou que a "Rádio Inconfidência" tem caráter comercial, mas que tem que "seguir a risca" seus critérios, porque "recebem muitos pedidos e os empreendedores confundem o espaço". Na auditoria mencionada, informou que "respondeu pela gestão anterior, pois o governo passado fazia isso". Ressaltou ainda que "apoio cultural" não existe na "Rádio", mas que às vezes dão bônus ao anunciante e colocam como "apoio cultural". Afirmou que, caso exista a demanda por critérios de inserção de mídia na Rádio, poderia "ser bom relaxar um pouco essa regra de apoio cultural". Segundo ele, "algumas causas são justificadas e se puder vai estender isso na EMC". Ressaltou ainda que os pedidos de inserção "chegam tudo de última hora, não podem ser muito morosos", mas que seria importante criar critérios de aceitação desses pedidos.

37. O Conselheiro Aloísio Lopes afirmou que “ficou satisfeito com a resposta”, e que “quer discutir o caráter da emissora com relação a Rádio”, propondo que o assunto seja discutido futuramente.
38. Foi proposta então a passagem ao ponto 3 da pauta (Comissão editorial da Fundação). A Conselheira Carla Krefft pediu que fossem feitos antes encaminhamentos relativos aos pontos 1 e 2. Sugeriu que o apoio cultural da Fundação TV MINAS seja feito por “editais de chamadas públicas”, promovendo a “adequação da sua natureza”. Afirmou que lhe parecia já haver esse escopo, e que isso seria importante. Afirmou que “não sabe se pode ser feito, nem se abarcaria já a EMC”.
39. O Conselheiro Jorge Carlos questionou qual a viabilidade de se conceder apoio cultural por meio de edital com relação ao tempo.
40. A Secretária Executiva do Conselho Curador sugeriu que esse ponto volte para a pauta da próxima reunião acompanhado de um estudo sobre vantagens e desvantagens de cada formato para as iniciativas de apoio cultural da Fundação TV MINAS.
41. O Conselheiro Aloísio Lopes ponderou que, mesmo que não seja alterada a natureza do instrumento de concessão do apoio cultural, o mesmo poderia ser aprimorado.
42. Antes de passar ao ponto 3 da pauta, os Conselheiros acordaram que a reunião se estenderia até às 12:30 horas, buscando cumprir a pauta.
43. A Secretária Executiva do Conselho Curador passou a palavra ao Presidente da EMC para tratar da “comissão editorial”.
44. O Presidente da EMC apresentou o histórico da demanda, inclusive com a apresentação de proposta elaborada pelos servidores pela Conselheira Simone Pio. Afirmou que o assunto deve ser discutido com toda a instituição, pois interessaria a todos e, por isso, deveria ter representantes de toda a emissora. Foi discutido o exemplo da veiculação de um programa “Agenda” temático sobre pornografia, que sofreu questionamentos sobre a pauta e o horário de veiculação. Segundo ele, esse caso “coloca mais uma questão para ser discutida no comitê editorial”. Afirmou que não há impedimento jurídico para a concretização da instância. Questionou, então, qual seria o melhor formato, afirmando que “o ponto de partida podia vir dos funcionários”.
45. A Secretária Executiva do Conselho Curador afirmou que também não vê problemas na criação da instância, que “pode ajudar a direção, especialmente do jornalismo, que tem problemas práticos do dia a dia”.
46. A Conselheira Simone Pio afirmou que “as tensões fazem parte do trabalho, mas precisam de fórum para discussão dessas tensões”.
47. A Conselheira Ana Paula Torres afirmou que a sugestão dos servidores já foi disponibilizada aos Conselheiros, que deveriam apresentar uma sugestão paralela. Pediu que fosse apresentada uma nova proposta dos servidores para a constituição do “comitê editorial” ao Conselho Curador, devendo ser agendada uma reunião extraordinária para discutir o ponto.

48. A Conselheira Simone Pio ressaltou que a reunião extraordinária do Conselho Curador sobre o assunto já havia sido sugerida por ela em novembro de 2016, por considerar o "momento estratégico".
49. O Presidente da EMC afirmou que a iniciativa deve envolver também a Empresa.
50. O Conselheiro Aloísio Lopes destacou que "a regulamentação das comissões editoriais das emissoras do Estado é um dispositivo constitucional", e que sua demanda já constaria da ata de reunião do Conselho Curador realizada em novembro. Relembrou que, naquela ocasião, o Conselho teria feito uma recomendação pela implantação informal dessa iniciativa, o que não teria sido feito até então. Afirmou entender que "os representantes dos servidores das duas emissoras devem se reunir e pensar um modelo" para o Conselho Curador só referendar. Afirmou que "o Estado não pode fugir as diretrizes constitucionais". Pediu que seja trazida uma proposta na próxima reunião.
51. O Presidente da EMC solicitou que sejam juntadas as equipes das duas emissoras (REDE MINAS e Rádio Inconfidência), em um grupo de 8 (oito) pessoas, para constituir o "comitê". Informou ainda que a "Radio" colocou no ar o programa "Ponto de Vista", que atestaria a independência do conteúdo veiculado pela emissora, afirmando que "não pauta nada, fica como observador", e que a iniciativa "está dando cara nova para o jornalismo da Rádio". Afirmou que valoriza a equipe e a identidade da emissora. Sugeriu que o momento de mudança para sede nova seja aproveitado para a instituição dessa iniciativa.
52. A Secretária Executiva do Conselho Curador pediu solidariedade dos Conselheiros com o momento de mudança de sede da Fundação TV MINAS, afirmando que está com a "pauta cheia em junho, julho e agosto". Pediu a contribuição do Conselho nesse sentido.
53. A Conselheira Simone Pio solicitou ser designada como mobilizadora dessas pessoas para a constituição da referida instância, o que foi autorizado pelos Conselheiros presentes. Informou que irá propor um modelo internamente para validar junto ao Conselho, sugerindo ainda que a sua composição seja eleita pelos próprios pares, de forma a concretizar a regra constitucional.
54. O Presidente da EMC ressaltou que o episódio relatado quanto ao programa "Agenda" é confuso e "difícil de lidar, pois não pode censurar a partir de um pensamento pessoal".
55. O Conselheiro Anderson Rocha elaborou uma reflexão sobre a mídia tradicional e sua relação com as novas mídias, alertando o Conselho para "não engessar demais". Os demais Conselheiros concordaram. O Conselheiro ponderou ainda qual seria a relação do "comitê editorial" com o Conselho Curador da Fundação TV MINAS.
56. O Presidente da EMC sugeriu que a "comissão tenha cadeira no Conselho".
57. Passou-se então ao ponto 4 da pauta prevista para a presente reunião: Conselho Curador da EMC.
58. O Presidente da EMC afirmou que trata-se de uma resposta ao Conselho Curador da Fundação TV MINAS, que havia questionado sobre o andamento da elaboração das

regras para o Conselho Curador da EMC. Afirmou que passou o questionamento ao setor jurídico da EMC, que afirmou que a proposta está sendo discutida. Em seguida, informou aos Conselheiros sobre o status da constituição da própria EMC, dizendo que "desde que a lei foi aprovada, foi montado um grupo de estudo sobre a lei de empresas públicas, que estava sendo conduzido pela Luiza [Castro, ex-Diretora Executiva da Fundação TV MINAS]. Esse grupo, na última vez que se encontrou, por orientação do Secretário de Casa Civil, seguiu o estatuto, tentando aproximar na prática, vai deixar pra publicar o decreto mais tarde".

59. A Secretária Executiva do Conselho relatou que houve tentativa de retomada do assunto na última semana.
60. O Presidente da EMC relatou, ainda, "problemas práticos na não concretização da EMC", citando, como exemplo, a questão da Diretora de Jornalismo da Fundação TV MINAS, que precisou ser desligada da "Rádio Inconfidência" por denúncias realizadas. Segundo ele, o atraso no estatuto está causando problemas inclusive para captação de possíveis patrocinadores, que não puderam ser aceitos em virtude da natureza da outorga da Fundação. Relatou que a Secretária Executiva do Conselho tentou reconstituir o grupo de discussão sobre o tema, mas que ele mesmo havia desmarcado a reunião, esperando "o fim das limitações da LRF". Afirmou que, se houver a "transmissão da outorga", isso geraria um problema de nomeação dos diretores, pois não seria possível manter o corpo diretivo da Fundação TV MINAS. Ressaltou que a EMC "não existe para economizar cargos de diretores".
61. O Presidente da EMC afirmou que "o governo precisa dar garantia de manutenção dos diretores. Pediu para esperar e para não discutir o assunto com os diretores". Segundo ele, o "estatuto já está pronto, precisa ser revisado" para em um segundo momento, "ver como ficaria o Conselho Curador".
62. O Conselheiro Aloísio Lopes afirmou que, como membro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC, já teria uma proposta para o Conselho Curador da EMC.
63. O Presidente da EMC afirmou que "já receberam a proposta, vai reencaminhar, vão continuar insistindo naquele formato. O problema é no governo". Pediu apoio ao representante do Secretário de Estado de Cultura presente e afirmou que irá procurar o Secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais. Questionou se o Conselho Curador da Fundação TV MINAS deve "ir junto". Ressaltou as principais alterações que são necessárias para a operacionalização da EMC, tais como "os cargos de diretores, a captação de recursos, com produtos específicos". Ressaltou que essa receita permite "desburocratizar os gastos, podem contratar pessoal". Questionou ainda a quantidade de membros propostos para o Conselho Curador da EMC e como ficaria o Conselho Curador da TV MINAS.
64. O Conselheiro Anderson Rocha questionou qual seria a legitimidade do Conselho Curador da Fundação TV MINAS "pleitear algo a EMC", ao que foi respondido que nenhuma.

65. A Secretária Executiva do Conselho Curador da Fundação TV MINAS ressaltou a importância de haver pressão da sociedade civil para a efetivação da EMC. Esclareceu que a transferência da outorga vincula a extinção da Fundação, e depende de sanção presidencial. Informou que a renovação da outorga não foi feita, "estão atrasadas como todas as outras", mas que a documentação de renovação já estaria pronta para envio.
66. A Conselheira Simone Pio constatou que trata-se de um "processo burocrático, sem tempo para terminar" e questionou se seria possível, enquanto isso, solicitar a transferência da outorga.
67. O Conselheiro Aloísio Lopes informou que existe uma Medida Provisória que prorrogou as outorgas automaticamente.
68. A Secretária Executiva do Conselho Curador da Fundação TV MINAS informou que recentemente foi encaminhada documentação ao Ministério das Comunicações, visando atualizar as informações do processo de renovação de outorga.
69. O Conselheiro Aloísio Lopes manifestou sua expectativa de que o processo seja rápido.
70. O Conselheiro Jorge Carlos questionou se o Ministério das Comunicações poderia vetar a transferência da outorga, ao que foi respondido que sim.
71. A Conselheira Simone Pio afirmou que, diante da incerteza, já se sabe que a Fundação estaria em extinção. Ressaltou que "a dificuldade é enorme, existem dois setores próximos à paralisação; o setor de captação de imagens e de edição de imagens. Já que não dá para contratar, é preciso encontrar uma solução emergencial, mas também tem que resolver a questão de médio e longo prazo, como será a contratação, tem que pensar mais longe, não conseguem planejar". Segundo ela, "a EMC tinha vindo para dar respostas, mas não foram resolvidas pelo Governo". Colocou a sua preocupação com a Fundação e sua "situação precária".
72. O Conselheiro Anderson Rocha questionou, como membro do Conselho, como poderiam ser úteis: "qual a ação que o Conselho tem nessa situação?"
73. O Presidente da EMC manifestou sua opinião no sentido de que "não conhece vários detalhes da REDE MINAS. A sede nova e seu aparelhamento técnico tem possibilidade de sinergia com a 'Rádio', representando a terceira maior estrutura do Brasil, e que o Governo está caindo na real. A REDE MINAS tem que ter audiência, tem que aumentar sua importância. Tem feito a digitalização via PRODEMGE. Vai ter sinal HD no Estado inteiro e vai entrar em HD na NET".
74. A Conselheira Simone Pio ressaltou que "isso é transmissão, mas a captação ainda é problemática".
75. O Presidente da EMC afirmou que "está dizendo que tem plano de médio prazo. Não pode substituir funcionários". Relatou que "está chamando reuniões para negociar patrocínios para REDE MINAS, deve investir em programação, cenários, convidados, batalhando para 2018 como patrocínio e não orçamento". Sua expectativa é de que "vai sobrar para o quadro de pessoal". Afirmou que "o Conselho pode ajudar com ideias,

parcerias fora da TV que podem dar captação de imagens e edição". Levantou a possibilidade de parceria com TVs universitárias, "jogar esse trabalho para parcerias".

76. A Conselheira Carla Kreeft afirmou que entende o constrangimento das instituições, mas que "não se sente a vontade para fazer pressão interna, seu papel não é esse. Por outro lado, a gestão é do Flávio e ele precisa se posicionar. A EMC foi uma promessa de governo e veio resolver situações". Afirmou entender a dificuldade, "mas gestão é isso".
77. O Presidente da EMC concordou que "terá que ser feito. Desconfortos que tem que ser encarados".
78. O representante do Secretário de Estado de Cultura e Secretário de Estado Adjunto de Cultura afirmou que havia vindo com satisfação participar da reunião, que falaria em nome do Secretário, que se deve buscar "alternativas de sucesso de recursos dentro do próprio Governo e com emendas parlamentares". Relatou que o Fundo Estadual de Cultura teria contado com emendas parlamentares e teria dobrado o seu orçamento, levantando essa possibilidade de utilizar essa ferramenta da ALMG para "somar forças, sensibilizando deputados para a destinação de uma emenda parlamentar robusta". Ressaltou que para isso o prazo é no segundo semestre, e se dispõe a fazer essas negociações. Sugeriu uma visita do Conselho Curador à ALMG para "construir esse caminho, o Secretário tem consciência dessa possibilidade, é preciso sensibilizar deputados". Ressaltou que o Estado está com "finanças delicadas, mas é possível mostrar um projeto de grande importância para o Estado, é uma alternativa, mas a pauta tem que estar bem definida, não pode haver dúvidas". Sugeriu como encaminhamento a construção de pauta do Conselho com a ALMG, "como isso pode ser viabilizado. Pode ser articulado com o líder do Governo. É formalizar um documento e fazer uma visita. A ideia deve ser de um encontro com líderes de bancadas, mas o objeto tem que estar muito claro".
79. A Conselheira Ana Paula Torres afirmou que essa conversa já havia iniciado na última reunião, "mas como houve ruído desnecessário", sugeriu a realização de uma reunião formal, para construção conjunta, com participação de todos. A proposta foi aprovada pelos demais Conselheiros.
80. O representante do Secretário de Estado de Cultura e Secretário de Estado Adjunto de Cultura destacou que a "REDE MINAS foi defendida em fórum realizado no BDMG".
81. A Secretária Executiva do Conselho Curador comunicou que a REDE MINAS iria transmitir dois jogos da seleção brasileira de futebol, pedindo divulgação por parte dos Conselheiros.
82. Pauta para a próxima reunião ordinária do Conselho Curador - 05/09/2017:
- Editais de chamadas públicas: apresentação de estudo sobre vantagens e desvantagens de cada formato de edital para as iniciativas de apoio cultural da Fundação TV MINAS.
 - Retorno acerca da formação e andamento das discussões do comitê para a regulamentação das comissões editoriais.

83. Encaminhamento para a Secretária Executiva do Conselho:

- Agendamento de Reunião Extraordinária do Conselho, em Julho/2017, para elaboração de projeto a ser apresentado à bancada da ALMG.

Diante disso, a reunião foi encerrada.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2017.

Conselheiros:


Jordana Almeida
Secretária Executiva do Conselho Curador da Fundação TV MINAS


Carla Kreefft
Representante titular da Secretaria de Estado de Educação


Ana Paula Torres
Representante titular das Instituições de Ensino Superior


Simone Pio
Representante titular do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado de Minas Gerais


Aloisio Lopes
Cidadão de Ilibada Reputação – Titular

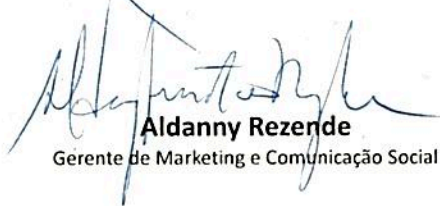

Anderson Souza Rocha
Representante titular das Entidades da Classe Empresarial


Jorge Carlos Borges de Souza
Representante suplente das Entidades da Classe Empresarial

Convidados:


João Batista Miguel
Secretário de Estado Adjunto de Cultura de Minas Gerais


Flávio Henrique Alves
Presidente Empresa Mineira de Comunicação- EMC


Aldanny Rezende
Gerente de Marketing e Comunicação Social


Isabella Conrado
Assessora Presidência

